

RESULTADOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024.

(2014-2024) que, amparada pela Lei nº 14.934/2024, prorroga a vigência do atual PNE até 31 de dezembro de 2025.

Nesse sentido, a ampliação do Plano Municipal de Olinda - PME, aprovado pela Lei Municipal nº 5940/2015, ainda em vigência, atende as prerrogativas da Lei de nº 13.005/2024, referente ao Plano Nacional de Educação – PNE, fruto de uma avaliação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Tribunal de Contas da União - TCU, Ministério da Educação - MEC, dentre outras organizações que observou:

A maioria das metas não foi alcançada, com 90% dos dispositivos (estratégias específicas) do PNE não cumpridos, 13% em retrocesso e 30% com lacuna de dados. Desta maneira, essa realidade nacional não se distancia dos contextos locais, uma vez que os municípios apresentam desafios mais acentuados para cumprir as políticas públicas pactuadas.

Cabe ressaltar também que a Pandemia da Covid-19, trouxe mudanças significativas na educação, com a necessidade de adaptar as atividades pedagógicas, incluindo o uso de tecnologias e do ensino híbrido e/ou remoto. Os municípios empreenderam esforços significativos para garantir o direito a aprendizagem dos estudantes no período de (2020-2021), necessidade esta não prevista no PNE e/ou PME, mas que mobilizou estratégias locais planejadas, para adaptar a situação do presente momento, envolvendo um novo planejamento e mudanças na aplicação de recursos.

Olinda integra um dos quatorze municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR). A Região Metropolitana do Recife, de acordo com o Censo de 2022 do IBGE (última contagem oficial da população), é a maior região metropolitana do Norte-Nordeste, a sexta maior do Brasil e uma das 120 maiores do mundo, além de ser a terceira área metropolitana mais densamente habitada do país, superada apenas por São Paulo e Rio de Janeiro.

Dentro desse aspecto, é importante considerar que Olinda concentra a maior densidade demográfica da RMR, sendo esta materializada no menor território. Dito isso, todas as políticas públicas a serem implementadas, passam por intensas camadas de exigências e celeridades considerando a população do município que atualmente são de 349.976 (trezentos e quarenta e nove mil e novecentos e setenta e seis) habitantes, correspondendo assim a quinta maior população do Estado de Pernambuco.

Na esteira dessa realidade, o município de Olinda apresentou significativos avanços no tocante aos indicadores educacionais que incidem na qualidade educacional do município, recebendo inclusive reconhecimento estadual e federal em decorrência de seus resultados que, são obtidos por meio das médias em proficiência (quantidade de itens que o estudante consegue resolver em língua portuguesa e matemática); participação no dia da avaliação e o fluxo escolar (taxas de aprovação ao término do ano letivo).

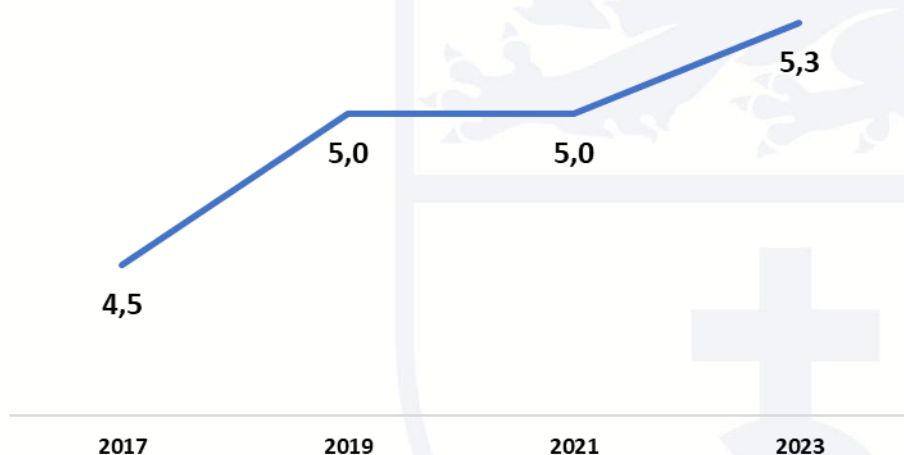
A avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, é um exame censitário que ocorre a cada dois anos com todos os estudantes da rede pública matriculados nas turmas do 5º e 9º do ensino fundamental e 3º ano ensino médio. O resultado dessa avaliação gera o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

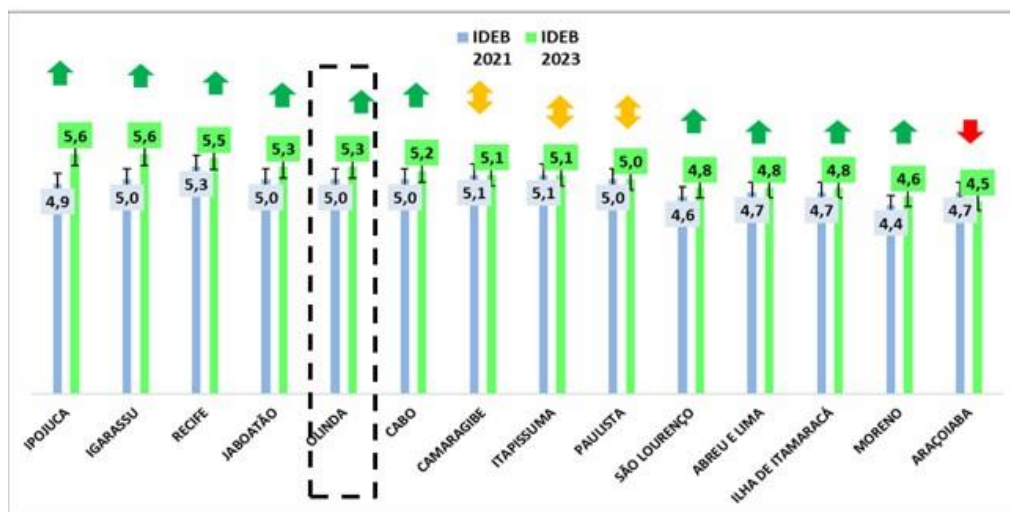
O IDEB é um importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação, sendo obtido através das médias de desempenho nas avaliações em consonância com o fluxo da rede de ensino.

Concentra-se também nesta avaliação, condicionalidades para que os municípios sejam contemplados ou não no Valor Aluno Ano Resultado - VAAR, o qual destina de maneira complementar um total de 2,5% no total do FUNDEB.

Considerações anos iniciais (5º ano) - IDEB

CURVA DO IDEB - ANOS INICIAIS

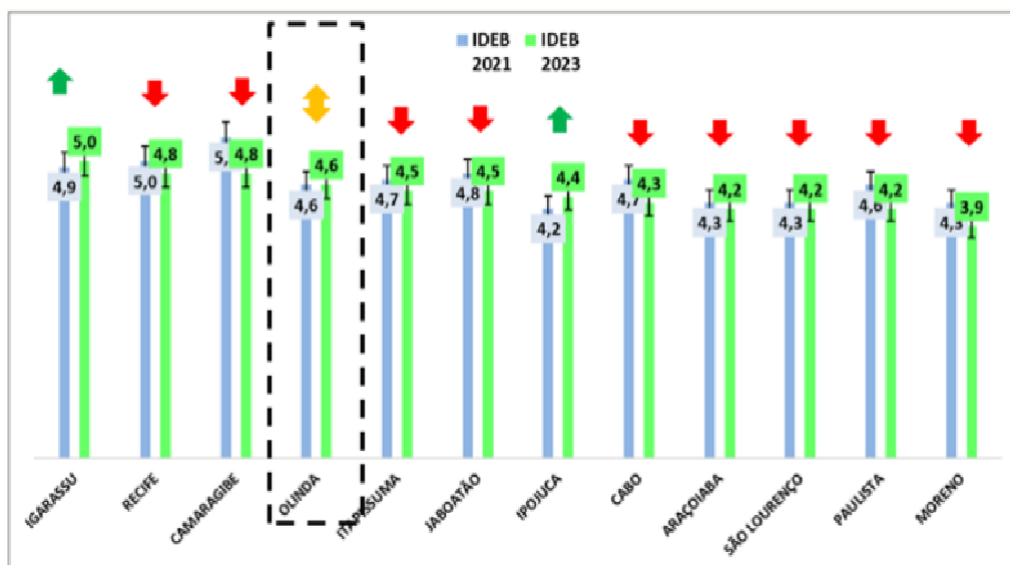




Entre os anos de 2017 e 2023 o município de Olinda manteve um crescente resultado em relação aos indicadores educacionais do IDEB, mantendo-se inclusive na posição no ano de 2021, momento em que muitos municípios tiveram seus resultados fragilizados em decorrência a pandemia da Covid-19. Considerando a Região Metropolitana do Recife - RMR, o município está em 3º lugar com uma média de 5,3.

Considerações anos finais (9º ano) – IDEB





Entre os anos 2017 e 2019, Olinda foi o município que mais cresceu na etapa de anos finais na RMR, aumentando (0,7), mantendo-se numa crescente. Embora não tenha aumentado seu indicador em 2023, permanece no 3º lugar da RMR, num período em que apenas dois municípios conseguiram superar seus indicadores em relação à 2021.

Em Pernambuco, através da Lei Estadual de nº 16.616/2019, houve redefinições de critérios de distribuição de parte do Imposto, sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, que cabe aos municípios pernambucanos. De acordo com o Art. 8º - que trata dos recursos referentes à Educação - os percentuais passarão a ser distribuídos, com base no critério relativo à área de Educação, considerando-se o Índice de Desempenho da Educação - IDEB do município, segundo norma específica, onde serão fixados critérios e metodologia do cálculo.

A partir do detalhamento da mesma Lei, um dos critérios estabelecidos é que além dos recursos a serem distribuídos, com base no Índice de Desenvolvimento da Educação - IDE, também estarão atrelados os resultados do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco - SAEPE, sendo 60% garantidos para a alfabetização (2ºano); 30% para os anos iniciais (5ºano) e 10% para os anos finais (9ºano).

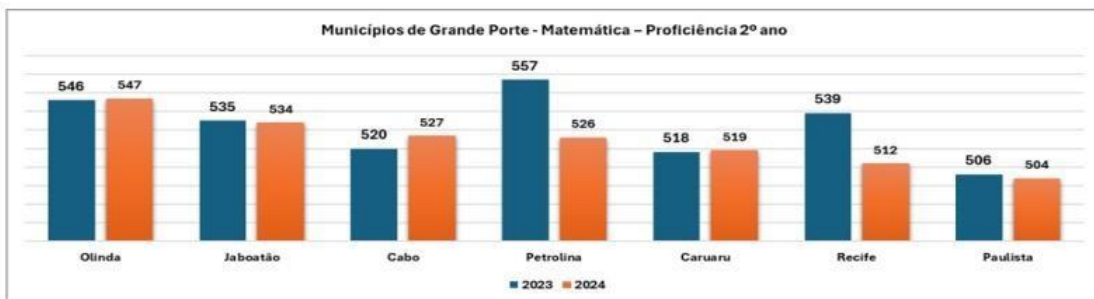
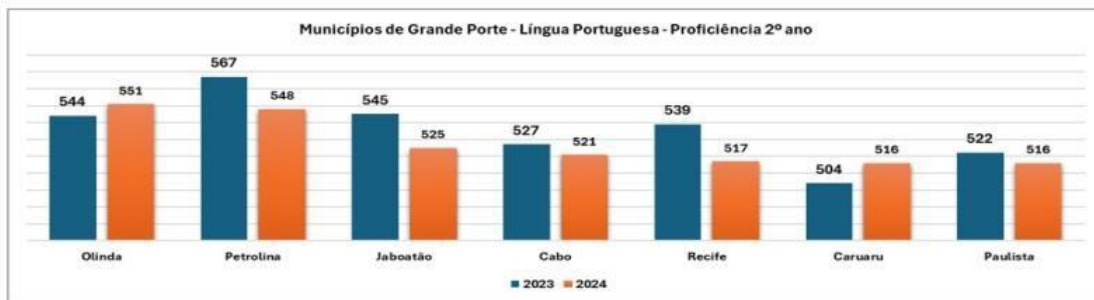
Para uma análise mais consistente do SAEPE, faz-se necessário compreender os Padrões de Desempenho para cada ano de escolaridade.

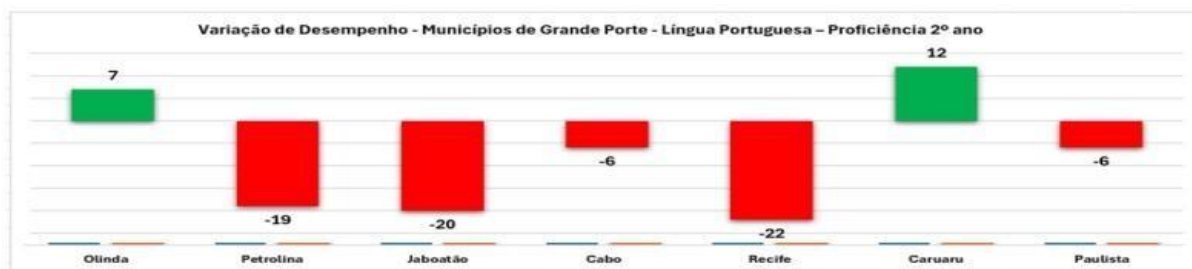
Legenda – Padrões de Desempenho – 2º ANO Ensino Fundamental Anos Iniciais				
Componente Curricular	Elementar I	Elementar II	Básico	Desejável
Língua Portuguesa	Até 350	350 a 450	450 a 525	Acima 525
Matemática	Até 425	425 a 500	500 a 575	Acima 575
Legenda – Padrões de Desempenho – 5º ANO Ensino Fundamental Anos Iniciais				
Componente Curricular	Elementar I	Elementar II	Básico	Desejável
Língua Portuguesa	Até 125	125 a 175	175 a 210	Acima 210
Matemática	Até 150	150 a 185	185 a 220	Acima 220
Legenda – Padrões de Desempenho – 9º ANO Ensino Fundamental Anos Iniciais				
Componente Curricular	Elementar I	Elementar II	Básico	Desejável
Língua Portuguesa	Até 200	200 a 235	235 a 270	Acima 270
Matemática	Até 225	225 a 245	245 a 280	Acima 280

Considerações 2º ano do Ensino Fundamental anos iniciais

Esse ano de escolaridade não gera IDEPE, toda a atenção se reflete na construção dos níveis de proficiência. De acordo com os dados disponíveis do SAEPE 2024, o município de Olinda tem uma proficiência média dos estudantes do 2º ano de 552, portanto, desejável. Na parametrização dos padrões definidos pela referida avaliação, 61% dos estudantes concluíram o 2º ano em nível de alfabetizados.

No tocante ao SAEPE 2024, seguem algumas considerações:





Considerando os sete municípios de grande porte, os quais possuem mais de 200 mil habitantes no estado de Pernambuco, Olinda está em primeiro lugar nos componentes curriculares de língua portuguesa e matemática, sendo, pois, o único município de grande porte que apresentou crescimento em língua portuguesa na RMR.

Um outro ponto de atenção para este ano de escolaridade, se dá por meio da meta estabelecida pelo governo federal através do MEC, mediante o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA, dessa maneira, os municípios precisarão se atentar para o Índice de Criança Alfabetizada - ICA, que preconiza um total de 80% de estudantes alfabetizados até 2030, deste modo, seguem as metas de Olinda.

Resultado Olinda 2023	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028	Meta 2029	Meta 2030	Nível de Alfabetização
59,60	62,95	66,92	69,33	72,28	75,04	77,62	80,00	2

Enquanto reconhecimento nacional no contexto educacional, a Secretaria Municipal de Educação de Olinda foi reconhecida com o Selo Ouro do Programa Criança Alfabetizada 2024, um marco que reforça o compromisso com a alfabetização e o desenvolvimento dos estudantes desta rede pública municipal de ensino.

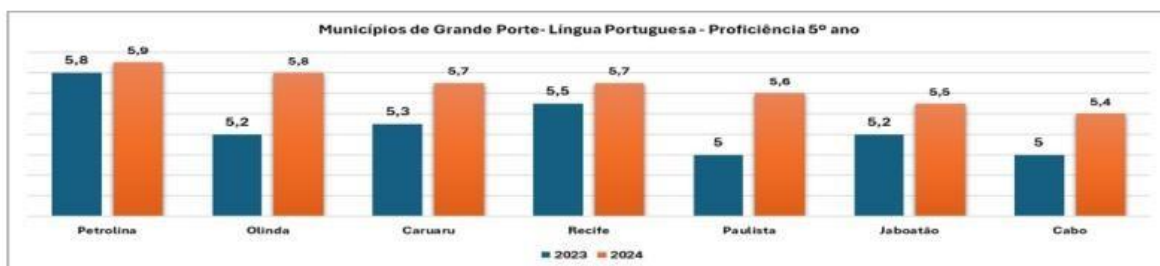


Considerações 5º ano do Ensino Fundamental anos iniciais

Nos componentes curriculares e Língua Portuguesa e Matemática, o município de Olinda está no nível Básico, apresentando progresso contínuo no IDEPE, conforme tabela abaixo.

IDEPE	2017	2018	2019	2021	2022	2023	2024
ANOS INICIAIS	4,2	4,3	4,9	5,0	5,1	5,1	Não disponibilizado

Em conformidade aos dados divulgados no SAEPE 2024, para esta etapa de escolaridade, segue algumas considerações:



Nos componentes curriculares de língua portuguesa e matemática, considerando os municípios de grande porte, Olinda se encontra em segundo lugar no estado de Pernambuco. Resultado convergente ao ano de 2022, que conferiu a seguinte certificação.



Considerações 9º ano do Ensino Fundamental anos finais

Nos componentes curriculares e Língua Portuguesa e Matemática, o município de Olinda está no nível Elementar II, embora o recorte em todo o país seja bastante desafiador, esta etapa de modalidade em Olinda vem apresentando resultados promissores, em uma etapa onde a tendência a nível nacional e estadual tem demonstrado decréscimo.

IDEPE	2017	2018	2019	2021	2022	2023	2024
ANOS FINAIS	3,5	3,7	3,9	4,2	4,1	4,5	Não disponibilizado

Em relação ao SAEPE 2024, Olinda apresentou um tímido avanço no componente curricular de língua portuguesa, entretanto, diminuiu sua proficiência em matemática. Cabe destacar, que no SAEPE 2023 o município recebeu destaque estadual considerando os municípios de grande porte, ao ocupar o segundo lugar no prêmio IDEPE.



Uma outra meta disposta no PME, dispõe sobre a oferta de educação em tempo integral, nesse sentido, a política de Educação em Tempo Integral no município de Olinda se ampara na concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado entre os estudantes, educadores, gestores e comunidades locais.

De acordo com o balanço do (PNE) 2024, produzido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Plano chegou no décimo ano com 90% de seus dispositivos descumpridos, 13% em retrocesso e 30% com lacuna de dados. Realidade essa que fragilizou as políticas locais no tocante as metas pactuadas.

Ainda de acordo com o mesmo balanço, o Nordeste é a região em que a maior proporção de estudantes é atendida em tempo integral, apesar de ser o Sudeste a região em que maior proporção de escolas oferece a jornada estendida. No mais, as redes municipais tiveram retrocesso, não mera estagnação no período, os Anos Finais do Ensino Fundamental apresentaram avanço ao invés de retrocesso.

Sendo assim, a partir de 2017, se iniciou um estudo técnico no tocante à reorganização da rede de ensino com vistas a atender o compromisso com o direito de aprendizagem de todos os estudantes, bem como iniciar as estratégias previstas para cumprimento das metas pactuadas, destacamos que em 2018, a partir desse reordenamento, foi criada a primeira escola de Tempo Integral desta rede municipal de Ensino, tendo pois, instrumentos normativos que foram instituídos com a finalidade de regulamentação, a saber:

Lei nº 6140/2020 - Institui o Programa de Escola de Tempo Integral na Rede Municipal, estabelece suas diretrizes e dá outras providências.

Decreto nº 023/2021 - Dispõe sobre o funcionamento das Escolas de Tempo Integral – ETI da rede Municipal de Olinda e dá outras providências.

Resolução - CMEO nº 01/2023 - Dispõe sobre o funcionamento das Escolas de Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Olinda e dá outras providências.

Atualmente a Rede Municipal Ensino possui 8 escolas funcionando em regime integral. Em conformidade com o Sistema de Informações Educacional de Olinda - SIEO, estão matriculados na etapa de anos iniciais 982 (novecentos e oitenta e dois estudantes) e nos anos finais 1.305 (um mil trezentos e cinco), correspondendo a um total de 2.287 (dois mil duzentos e oitenta e sete estudantes), resultando a um total de aproximadamente 10% dos estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino.

No tocante à política de Educação Inclusiva, a Secretaria de Educação de Olinda em sua estruturação de Diretorias e Departamentos possui a Divisão de Inclusão Educacional – DIE, composta por Técnicos Pedagógicos do quadro efetivo de servidores municipais, todos habilitados, para realizar a condução e orientação da Política Pública referente à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Nesse sentido, a Secretaria Executiva de Programas e Políticas Educacionais – SEPPE, juntamente com a Diretoria de Ensino e Formação Profissional – DEFP, através da Divisão de Inclusão Educacional – DIE, realiza acompanhamento às escolas, assim como: formação continuada do quadro de Professores do Atendimento Educacional Especializado - AEE, formação continuada mensalmente para os Assistentes de Apoio a Inclusão, realizando também orientações e Intervenções Pedagógicas junto às Escolas (Equipe Gestora, Professores e demais profissionais), das Famílias ou Responsáveis pelos estudantes com deficiência, síndromes e transtornos, bem como é responsável pelas interlocuções, na proposta de trabalho em Rede e de intersetorialidade entre as demais Secretarias do Município de Olinda.

Atualmente a Rede Municipal de Ensino possui 22 (vinte e duas) escolas com Salas de Recursos Multifuncionais – SRM implantadas, compostas por mais de 40 (quarenta) professores especialistas, com formação em Educação Especial e Inclusiva ou Psicopedagogia, assim como professores brailistas e intérpretes de Libras, compondo o quadro de professores efetivos do município.

Tendo como previsão a aberturas de novas salas para atendimento em 2025, a serem contempladas pelo Programa de Implantação de Salas Recursos de Multifuncionais em 2025/26 do Ministério da Educação do Governo Federal.

Todas as SRM são espaços localizados nas escolas, em que acontece o Atendimento Educacional Especializado - AEE, no contraturno educacional do estudante, realizado por Professoras especialistas e habilitadas para o exercício de suas atribuições e funções, de caráter único e exclusivamente pedagógico. As escolas que não possuem o AEE são orientadas a informar aos pais e responsáveis que o atendimento poderá ser realizado em escolas que ofertem o Atendimento Educacional Especializado, devendo sempre ser indicadas as mais próximas das residências dos estudantes.

No que se refere ao apoio educacional em salas de aulas regulares, em razão do aumento expressivo de estudantes com deficiências nas escolas, concomitantemente, cresce o quadro de Assistentes de Apoio à Inclusão Educacional, responsáveis pelo acompanhamento desses estudantes, de forma

individual ou compartilhada, a depender do perfil e necessidade, todavia, a contratação desses profissionais seguem durante todo o ano letivo amparado também pelo disposto no Decreto nº 026/2024, deste município, o qual preconiza que este apoio atenderá o estudante considerando critérios específicos.

Em atenção às necessidades pedagógicas em caráter inclusivo, a Divisão de Inclusão Educacional – DIE, sempre divulga documento orientador ao público-alvo da educação especial na perspectiva inclusiva com a finalidade de:

Orientação e sensibilização da Equipe Escolar (sensibilização para lidar com questões emocionais e comportamentais que podem surgir e proporcionar o conhecimento necessário sobre as deficiências específicas, que ajudem a comunidade escolar a entender mais sobre a diversidade);

Planejamento Personalizado (conhecer as necessidades específicas de cada estudante com deficiência, através de laudos médicos, avaliações psicológicas ou outras informações fornecidas pelos pais e/ou responsáveis. Isso pode ajudar na adaptação de atividades e na definição de estratégias pedagógicas apropriadas);

Ambiente Acessível (adequações de instalações acessíveis, como rampas para cadeirantes, banheiros adaptados e sinalização visual para deficientes auditivos ou visuais, bem como uso de materiais didáticos que favoreçam a aprendizagem de alunos com deficiência, como livros em braille, audiobooks, softwares de apoio ou recursos visuais e tecnológicos);

Recepção e Integração (organização de uma recepção acolhedora no primeiro dia de aula, com um ambiente amigável e uma atenção especial à criança com deficiência. Isso pode incluir a criação de uma "linha do acolhimento" com profissionais capacitados para orientar os estudantes e responsáveis);

Fomento ao Respeito e à Diversidade (realização de reuniões com os pais e/ou responsáveis no início do ano letivo para alinhar as expectativas, conhecer melhor as necessidades da criança e estabelecer um canal de comunicação aberto.

Comunicação Clara e Adaptada (uso de diferentes formas de comunicação (verbal, visual, tátil) para garantir que todas as crianças compreendam as instruções e as atividades, como placas com pictogramas, vídeos legendados ou explicações em linguagem de sinais.

Monitoramento e Acompanhamento Contínuo (avaliação constantemente e adaptação do estudante, verificando como está sendo sua participação nas atividades e seu relacionamento com os colegas. Isso permitirá ajustes e adaptações constantes. Estabeleça momentos regulares de feedback com a família e os profissionais envolvidos no processo educacional.

Dito isso, é importante também destacar que embora o PME preconize enquanto meta a universalização desse apoio para os estudantes a partir de quatro anos de idade, a SEDUC Olinda tem empenhado esforços para assegurar este apoio também aos estudantes matriculados em creches, dispondo inclusive de SRM em algumas unidades escolares.

Considerando a necessidade de assegurar condições necessárias para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, a Democracia nesta secretária de educação é considerada um valor fundamental para a proteção dos direitos humanos, a promoção do desenvolvimento social e a garantia da liberdade e da justiça. Ela permite que os cidadãos participem ativamente da construção do futuro de sua sociedade e garante que o poder seja exercido de forma responsável e transparente.

Nesse sentido, a Gestão Democrática é um modelo de gestão que busca a participação ativa de todos os membros de uma comunidade, como alunos, professores, pais e funcionários, na tomada de decisões e no planejamento de ações. Ela envolve a participação coletiva, promove a transparência, estimula o diálogo e busca a construção coletiva.

A Diretoria de Gestão Escolar – DGE é o setor da Secretaria de Educação (SEDUC) responsável pelo acompanhamento da Gestão Democrática nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Olinda. Abaixo, estão listadas algumas práticas da DGE para garantir a Democracia nas Unidades de Ensino da Rede.

Provimento do Cargo de Gestores(as) e Vice-Gestores(as) Escolares: A DGE promove Processos Seletivos para Provimento do Cargo de Gestores(as) e Vice-Gestores(as) Escolares. O último Processo foi realizado em 2022, regido pela Portaria Nº 323/22 e Errata, pelo Decreto Nº 146/22 e pelo Regimento Eleitoral elaborado pela Comissão Eleitoral Central (CEC).

Instrumento de Avaliação da Gestão Escolar: Obedecendo ao Decreto Nº 146/22, a DGE elaborou e aplicou um Instrumento Avaliativo do Mandato da Gestão Escolar, e assegurou a participação dos pais, alunos, professores e funcionários na avaliação do mandato dos Gestores(as) e Vice-Gestores(as).

Garantia de participação dos Membros do Conselho Municipal: A DGE conseguiu garantir, através da SEDUC, a participação dos membros do Conselho Municipal, que apresentaram dificuldades no deslocamento, para participar das reuniões e atividades representativas.

Fortalecimento dos Conselhos: Também é uma prática da DGE fortalecer os Conselhos Escolares e Conselhos Municipais de Educação, como instrumentos de participação, mobilização e fiscalização na Gestão Escolar, inclusive por meio de Programa de Formação para Conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento.

Lei dos Conselhos Escolares: A Lei Nº 5136/98, Legislação vigente dos Conselhos Escolares da Rede, foi revista pela DGE, e está no aguardo da aprovação.

Garantia de participação dos Conselhos Escolares: Foi garantida, através da DGE, a participação dos Conselhos Escolares na formulação e execução de Projetos Políticos-pedagógicos, currículos escolares e planos de gestão.

Autonomia da Gestão Escolar: Os Processos de autonomia pedagógica, administrativa e financeira nas Unidades de Ensino, foram favorecidas pela DGE.

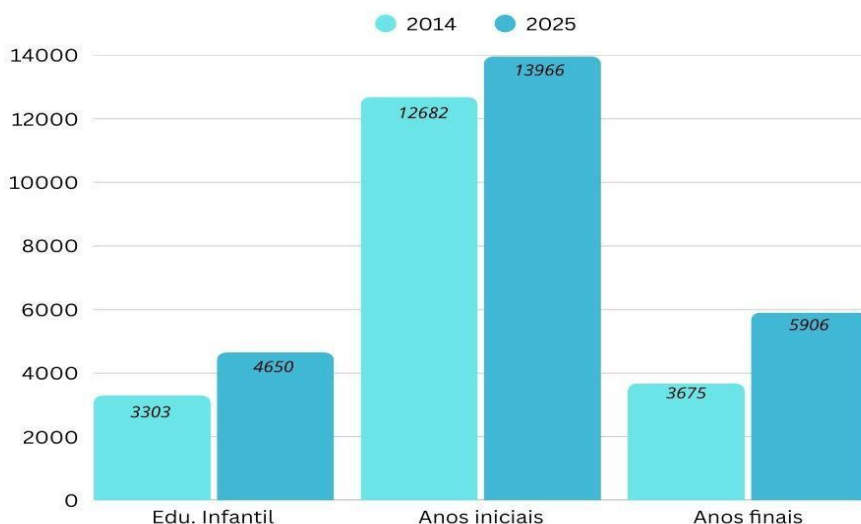
Formação para Gestores Escolares: Periodicamente a DGE, através da SEDUC, oferta Formações para os Gestores Escolares, ampliando o Programa de Formação para Gestores Escolares.

Considerando o panorama educacional, foco deste relatório circunstanciado através de indicadores educacionais e ações que dispõe sobre a garantia dos princípios de responsabilidade e transparência da gestão municipal da secretaria de Educação.

A Secretária de Educação de Olinda reconhece que é por meio da educação que se pode ofertar um futuro sustentável e promissor à população, assegurando uma melhor qualidade de vida, bem como qualidade educacional socialmente referenciada. Deste modo, tem empenhado esforços na construção das políticas educacionais que assegurem o respeito a diversidade, a inclusão, a formação em todas as suas dimensões, garantindo às futuras gerações uma formação cidadã capaz de enfrentar os desafios da sociedade vigente.

Os evidentes e incontestáveis avanços observados entre o período de (2017-2024), são repercussões de uma gestão compromissada com o direito de acesso e permanência de todos os estudantes matriculados na rede municipal de ensino, responsabilidade essa compartilhada e assegurada por meio dos muitos profissionais que diariamente empenham esforços e muito trabalho de maneira direta e indireta.


De certo, há muito a se fazer, pois os desafios existem e precisam ser superados. Entretanto, precisamos reconhecer e celebrar o aumento das matrículas municipais conforme gráfico abaixo em todas as etapas, principalmente na creche, a requalificação de dezenas de escolas; a climatização de mais 70% da Rede municipal de ensino; a expansão do parque escolar; a realização de um concurso público; o aumento dos indicadores educacionais em todas etapas avaliadas; as menções honrosas e premiações recebidas em decorrências dos resultados expressos pela implementação da política e responsabilidade com a política de alfabetização.



Fonte: <https://qedu.org.br/>

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação, através das evidências aqui contidas, ratifica todos os avanços elencados, bem como traz reflexões pertinentes e contribuições significativas para o fazer pedagógico, no anseio de que Olinda continue sendo reconhecida e se consolide como patrimônio e referência de uma educação com qualidade socialmente referenciada.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 **ODIN FELIPE PEREIRA DAS NEVES SILVA**
Data: 11/07/2025 17:23:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Odin Felipe Pereira das Neves Silva
Secretário de Educação

